

# **Demonstrações Financeiras**

## **Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**

30 de junho de 2020

com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

## Demonstrações financeiras

30 de junho de 2020 e 2019

### Índice

Relatório da Diretoria .....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	5
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	12
Demonstrações de resultados.....	14
Demonstrações do resultado abrangente.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	18
Relatório do Comitê de Auditoria .....	1

## Relatório da Diretoria

### **Introdução:**

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria sobre o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”, “Instituição” ou “Deutsche”), relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4 das demonstrações financeiras.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

A Administração do Deutsche no Brasil vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde dos nossos colaboradores. A Instituição possui plano de continuidade dos negócios para situações de crise e o mesmo foi implementado com sucesso para garantir a continuidade das operações.

Devido às incertezas e os reflexos econômicos que a pandemia ainda pode causar, a Diretoria Executiva vem sendo permanentemente atualizada sobre o desempenho do portfólio de crédito da Instituição realizando uma gestão ativa do mesmo.

### **Patrimônio líquido/rentabilidade:**

O Patrimônio Líquido encerrou o 1º semestre de 2020 estável em R\$ 1,6 bilhão. O lucro do semestre foi impactado negativamente por provisões de crédito constituídas no período e as receitas impactadas pela redução da taxa básica de juros 250 pontos base (2,5%) desde o início do ano e pelo aumento nas atividades, especialmente de crédito.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, apuramos um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 1,5 bilhão em junho de 2020 e dezembro de 2019. O Índice da Basiléia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 18,38% e 13,11% respectivamente em 30 de Junho (24,65% e 17,68% em 31 de dezembro de 2019).

### **Ativos e fontes de recursos:**

Em junho de 2020, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 11,8 bilhões (R\$ 9,7 bilhões em Dez/2019).

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações no semestre:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez – Houve um aumento em aproximadamente R\$ 700 milhões, originado de aplicações de moeda estrangeira, junto a entidades do grupo.
- Títulos e valores mobiliários – Aumento na carteira de títulos públicos em aproximadamente R\$ 130 milhões oriunda da carteira de negociação.
- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R\$ 500 milhões originados por novas operações e oscilações no valor de mercado;

- Carteira de créditos – Aumento no montante da carteira no volume aproximado de R\$ 300 milhões.
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo Adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em junho de 2020 apresentou acréscimo de R\$ 500 milhões no período.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações:

- Depósitos a prazo – Aumento em aproximadamente R\$ 1 bilhão, justificado por captações de clientes em ramos pulverizados.
- Obrigações por empréstimos no exterior – Aumento em aproximadamente R\$ 400 milhões nas captações de curto prazo por empréstimos no exterior – junto a entidades do grupo;
- Derivativos – Aumento do portfólio em aproximadamente R\$ 700 milhões oriundos por novas operações e oscilações no valor de mercado.

### Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a direção executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pelas Circulares nºs 3.678

e 3.930, no âmbito da Resolução nº 4.557, também estão disponíveis no endereço de acesso público: <https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa>

### Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. O Deutsche

tem como missão ser o principal fornecedor global de soluções financeiras para os seus clientes, criando valor excepcional para acionistas, colaboradores e comunidades nos locais em que atua. Em complemento, a instituição engloba o cliente como prioridade, está aberta a novas ideias e mudanças por meio da inovação e contém parceria e disciplina como pré-requisitos para fornecer um serviço de excelência, estando em linha com valores como integridade e desempenho sustentável.

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. A atuação do banco local e global foi premiada em 2018. Pelo segundo ano consecutivo, o Deutsche Bank foi reconhecido pelo Euromoney Trade Finance Survey como “Best Trade Finance Provider in Western Europe and Asia Pacific” em 2018 e como “Best Trade Finance in Brazil” e “Best Global Trade Finance Provider” em 2017. Ainda em 2017, a atuação do Banco em derivativos e investimento foram reconhecidas pela Risk Magazine nas categorias “Institutional Investment Product of the Year” e “Currency Derivatives House of the Year”. Em 2020, o Banco recebeu da Euromoney o prêmio de “World’s Best Bank Transformation”, demonstrando o empenho da instituição em focar novamente em suas melhores competências, ser mais eficiente e melhor posicionado para o futuro.

### Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.

As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.

O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS). Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa “Home Page” [www.db.com/brasil](http://www.db.com/brasil).

### Ouvidoria:

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas na Resolução CMN nº 4.433/15.

O telefone para registro de eventos é 0800-725-2113.

### Home Page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa “Home Page” [www.db.com/brasil](http://www.db.com/brasil), por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 28 de setembro de 2020

A Diretoria

**Diretoria Estatutária**

BETINA MACHADO FERRAZ

EDUARDO SAITO

GUILHERME BERNASCONI DANIEL

JAIME CASTROMIL LASSALA - Diretor responsável pela contabilidade no UNICAD

MARIA TERESA MAURICIO DA ROCHA PEREIRA LEITE

RICARDO ANDRADE CUNHA

RUI FERNANDO RAMOS ALVES

**Contador**

ELAINE NASCIMENTO - CRC 1SP 201.003/O-6

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e aos Administradores do  
**Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa nº9 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2020, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$2.824.008 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$5.143 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “*ratings*” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

##### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “*rating*” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos *ratings* atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 2. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## 3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de

transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

#### *Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações financeiras do exercício e semestre anterior examinadas por outro auditor independente*

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes: (i) das alterações advindas da adoção da Resolução nº 4.720 e da Circular Bacen nº3.959/19, ocorrida em 01 de janeiro de 2020 e (ii) dos ajustes de retificação de erro relacionadas as classificações dos saldos de JCP e Remuneração Variável, conforme previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, ambos descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatórios de auditoria sem modificação, em 25 de março de 2020 e 27 de agosto de 2019, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 30 de junho 2020, examinamos também as alterações sobre os valores correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do semestre findo em 30 de junho de 2019, advindas da adoção decorrente dessas Resolução, Circular e da reapresentação em razão de retificação de erro. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e

foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019, respectivamente, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2019 tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras

do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Gilberto Bizerra De Souza  
Contador CRC- RJ076328/O-2

**Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**

**Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Banco	
		Jun. 2020	Dez. 2019
<b>Circulante</b>		<b>10.635.976</b>	<b>8.798.502</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5</b>	<b>1.579.637</b>	<b>1.804.623</b>
<b>Intrumentos Financeiros</b>		<b>8.868.915</b>	<b>6.846.242</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	861.185	121.851
Carteira de câmbio	10	5.090.173	4.551.667
Títulos e valores mobiliários	7	530.489	615.483
Instrumentos financeiros derivativos	8	666.804	156.745
Títulos e créditos a receber	9	651.306	735.513
Operações de crédito	9	1.068.958	664.983
<b>Outros Ativos</b>		<b>189.043</b>	<b>148.731</b>
Relações interfinanceiras		25	25
Negociações e intermediação de valores		31.419	49.636
Rendas a receber		1.576	1.316
Despesas antecipadas		814	722
Diversos	11	155.209	97.032
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(1.619)</b>	<b>(1.094)</b>
<b>Não circulante</b>		<b>1.239.848</b>	<b>907.934</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
<b>Intrumentos Financeiros</b>		<b>717.993</b>	<b>432.044</b>
Carteiro de cambio	10	27.873	9.642
Títulos e valores mobiliários	7	456.554	234.622
Instrumentos financeiros derivativos	8	59.703	1.813
Títulos e créditos a receber	9	41.570	9.776
Operações de crédito	9	132.293	176.191
<b>Outros Ativos</b>		<b>280.137</b>	<b>262.171</b>
Diversos	11	279.995	262.029
Outros investimentos		142	142
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>9</b>	<b>(3.524)</b>	<b>(3.401)</b>
<b>Crédito Tributário</b>	<b>12</b>	<b>245.242</b>	<b>217.120</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>14.312</b>	<b>10.269</b>
Outras imobilizações de uso		57.291	54.307
Depreciações acumuladas		(42.979)	(44.038)
		<b>11.890.136</b>	<b>9.716.705</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Banco	
		Jun. 2020	Dez. 2019 (Reapresentado)
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>		<b>9.216.814</b>	<b>7.483.268</b>
<b>Intrumentos Financeiros</b>		<b>9.077.834</b>	<b>7.319.742</b>
Depósitos	13	2.784.915	1.646.650
Obrigações por empréstimos e repasses	14	1.758.602	1.358.633
Instrumentos financeiros derivativos	8	491.141	189.416
Carteira de cambio	10	4.043.176	4.125.043
<b>Provisões</b>	17	<b>41.664</b>	<b>222</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>97.316</b>	<b>163.304</b>
Relações interdependencias		23.835	35.526
Sociais e estatutárias		-	42.500
Fiscais e previdenciárias	15	8.002	9.314
Negociações e intermediação de valores		36.945	62.081
Diversas	16	27.649	12.694
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		885	1.189
<b>Não circulante</b>		<b>1.042.383</b>	<b>594.379</b>
<b>Intrumentos Financeiros</b>		<b>762.808</b>	<b>313.756</b>
Depósitos	13	15.067	70.321
Instrumentos financeiros derivativos	8	720.055	243.435
Carteira de cambio	10	27.686	-
<b>Provisões</b>	17	<b>221.670</b>	<b>223.747</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>57.905</b>	<b>56.876</b>
Fiscais e previdenciárias	15	21.362	16.579
Diversas	16	36.543	40.297
<b>Resultados de exercícios futuros</b>		<b>2.297</b>	<b>3.859</b>
Resultados de exercicios futuros		2.297	3.859
<b>Patrimonio Líquido</b>		<b>1.628.642</b>	<b>1.635.199</b>
<b>Capital Social</b>		<b>996.551</b>	<b>996.551</b>
De domiciliados no exterior	20	996.551	996.551
<b>Reservas de capital</b>		<b>640.038</b>	<b>638.648</b>
Reservas de lucros (reapresentado)		655.875	655.875
Ajustes de avaliação patrimonial	20 (c)	(15.837)	(17.227)
<b>Prejuízos Acumulados (reapresentado)</b>		<b>(7.947)</b>	
		<b>11.890.136</b>	<b>9.716.705</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

## Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		<b>Banco</b>	
		<b>Jun. 2020</b>	<b>Jun. 2019</b> (Reapresentado)
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>148.270</b>	<b>179.318</b>
Operações de crédito		54.068	38.061
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		47.833	87.703
Resultado de operações de câmbio	22(g)	46.369	53.554
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(119.296)</b>	<b>(95.245)</b>
Operações de captação no mercado		(24.744)	(45.510)
Operações de empréstimos e repasses		(28.670)	(13.483)
Resultado com instrumentos financeiros e derivativos		(24.832)	(36.514)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(41.050)	262
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>28.974</b>	<b>84.073</b>
<b>Outras receitas / (despesas) operacionais</b>		<b>(44.261)</b>	<b>(29.428)</b>
Receitas de prestação de serviços	22(b)	46.300	47.926
Despesas de pessoal		(72.219)	(55.038)
Outras despesas administrativas	22(d)	(40.012)	(35.730)
Despesas tributárias		(10.225)	(7.678)
Outras receitas operacionais	22(e)	53.184	19.946
Outras despesas operacionais	22(f)	(21.289)	(7.639)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(15.287)</b>	<b>54.645</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(52)</b>	<b>(7)</b>
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	21	<b>(15.339)</b>	<b>44.447</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>7.392</b>	<b>(17.843)</b>
Imposto de renda corrente	21	(12.165)	(6.346)
Contribuição social corrente	21	(9.703)	(3.909)
Ativo fiscal diferido	21	29.260	(7.588)
<b>Participações nos lucros</b>		<b>-</b>	<b>(1.406)</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre</b>		<b>(7.947)</b>	<b>26.604</b>
<b>Quantidade de ações</b>	20(a)	801.494.530	801.494.530
<b>Lucro/(Prejuízo) por ação - R\$</b>		<b>(0,01)</b>	<b>0,03</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

## Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Banco</u>	
	<u>Jun. 2020</u>	<u>Jun. 2019</u>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Período</b>	<b>(7.947)</b>	<b>26.604</b>
<b>Outras receitas (despesas) reconhecidas</b>	<b>1.390</b>	<b>(248)</b>
TVM disponível para venda-líquido de efeito tributário	1.390	(248)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(6.557)</b>	<b>26.356</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de aval. patrimonial	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>996.551</b>	<b>604.217</b>	<b>(6.966)</b>	<b>-</b>	<b>1.593.802</b>
Resultado do semestre		-	-	-	26.604	26.604
Reserva legal	20(b)	-	1.330	-	(1.330)	-
Outras reservas	20(c)	-	25.274	-	(25.274)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	20(c)	-	-	(248)	-	(248)
<b>Saldos em 30 de junho de 2019</b>		<b>996.551</b>	<b>630.821</b>	<b>(7.214)</b>	<b>-</b>	<b>1.620.158</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)</b>		<b>996.551</b>	<b>655.875</b>	<b>(17.227)</b>		<b>1.635.199</b>
Resultado do semestre		-	-	-	(7.947)	(7.947)
Ajustes de avaliação patrimonial	20(c)	-	-	1.390	-	1.390
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>		<b>996.551</b>	<b>655.875</b>	<b>(15.837)</b>	<b>(7.947)</b>	<b>1.628.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019**  
*(Em milhares de Reais)*

		Semestre	
		Jun. 2020	Jun. 2019
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(569.318)</b>	<b>(454.079)</b>
	(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(7.947)	26.604
	Despesas/(receitas) que não afetam o caixa:	<b>14.322</b>	<b>12.592</b>
	Despesas de depreciação e amortização	1.593	1.104
	Despesas com provisões fiscais e previdenciárias	1.963	4.162
	Receitas com atualização depósitos judiciais	(2.414)	-
	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.050	(262)
	Impostos diferidos	(29.260)	7.588
	Ajuste ao valor de mercado - TVM	1.390	(248)
	Variação nos resultados de exercícios futuros	(1.562)	(1.529)
	Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(739.333)	(30.879)
	Redução em títulos e valores mobiliários para negociação	55.431	(45.855)
	Aumento em títulos e valores mobiliários em garantia	(192.368)	67.217
	Redução em instrumentos financeiros derivativos (líquido do passivo)	210.396	(26.107)
	Aumento em operações de crédito	(400.191)	(66.906)
	Aumento em outros créditos	(559.246)	55.424
	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(11.783)	(4.836)
	(Aumento)/Redução em depósitos	1.083.011	(57.006)
	Redução em outras obrigações	(20.047)	(382.798)
<b>Caixa nas atividades de investimentos</b>		<b>(5.638)</b>	<b>(2.544)</b>
	Adições em imobilizado de uso	-	(3.574)
	Baixas em imobilizado de uso	(5.638)	1.030
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>349.970</b>	<b>(324.777)</b>
	Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	399.970	(332.242)
	Aumento/(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	-	7.713
	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(50.000)	-
<b>(Redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(224.987)</b>	<b>(781.400)</b>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
	Início do semestre	5 1.804.623	2.748.138
	Fim do semestre	5 1.579.637	1.966.738
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(224.987)</b>	<b>(781.400)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

### **2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e as reservas no BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Ademais, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentadas devido à reclassificação de saldos de JCP dos Lucros/Prejuízos acumulados para Reservas de lucros, (BRL 50.000) nos balanços patrimoniais e demonstrações das mutações do patrimônio líquido, assim como de remuneração variável de Participações Estatutárias para Despesa de Pessoal. (BRL 8.785) nas demonstrações de resultados. As reclassificações não alteraram os saldos finais dos balanços patrimoniais, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações de resultados, bem como não impactaram as requisições regulatórias e os índices de basileia.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 28 de setembro de 2020.

### **3 Consolidação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017. Sendo que a repatriação dos investimentos ocorreram entre 2016 e 2017. A expectativa dos assessores jurídicos externos é que o Banco Central do Uruguai deverá concluir o processo de encerramento até o final de 2021.

### **4 Descrição das principais práticas contábeis**

### Principais práticas contábeis:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1)- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação e CPC 46 – Mensuração do valor Justo.

Adicionalmente, o Bacen editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16- Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.636/18 - Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas

Resolução nº 4.720/19 e Circular nº 3.959/19- Dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

#### **a. Apuração de resultados**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### **b. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categoria:

Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período

Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrued*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

### **c. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“*hedge*”).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “*hedge*” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “*hedge*” de acordo com sua natureza:

- i) “*Hedge*” de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- ii) “*Hedge*” de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “*hedge*” é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 não houve derivativos destinados a “*hedge*”.

### **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto**

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata dia, é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

**e. Operações de crédito**

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012, conforme Resolução CMN nº 3.895/10 do BACEN:

- i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do semestre pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
- ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 11b.

**f. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

**g. Saldos em moeda estrangeira**

Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do semestre e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

**h. Imobilizado**

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente,

a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

**i. Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

**k. Redução do valor recuperável de ativos “impairment”**

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos “impairment”.

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “impairment” ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de “impairment”.

**5 Caixa e equivalente de caixa**

Os valores do caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	<u>Jun/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Disponibilidades e reservas no Banco Central*	121.643	118.538
Aplicações em operações compromissadas**	<u>1.457.994</u>	<u>1.686.085</u>
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>1.579.637</u></b>	<b><u>1.804.623</u></b>

\*O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta BRL 105.068 em Jun/20 (Dez/2019 BRL 103.818) sendo com partes relacionadas são BRL 100.381 em Jun/20 (Dez/19 BRL 92.711);

\*\*Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva da aplicação foi inferior a 90 dias.



## 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados a seguir:

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Aplicações em moeda estrangeira (nota 19)	504.887	4.320
Aplicações em depósitos interfinanceiros	356.298	117.531
<b>Total de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>861.185</b>	<b>121.851</b>

### Aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	<b>Jun/2020</b>			
	<b>Valor contábil por faixa de vencimento</b>			
	<b>Custo Atualizado</b>	<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	
<b>Aplicações interfinanceiras</b>				
Depósitos interfinanceiros	356.298	344.794	11.504	356.298
Moeda estrangeira	504.887	504.887	-	504.887
<b>Total aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>861.185</b>	<b>849.681</b>	<b>11.504</b>	<b>861.185</b>

### Aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento

	<b>Dez/2019</b>			
	<b>Valor contábil por faixa de vencimento</b>			
	<b>Custo atualizado</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	
<b>Aplicações interfinanceiras</b>				
Depósitos interfinanceiros	117.531	55.809	61.722	117.531
Moeda estrangeira	4.320	4.320	-	4.320
<b>Total aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>121.851</b>	<b>60.129</b>	<b>61.722</b>	<b>121.851</b>

## 7 Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de mercado dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os quadros apresentados a seguir, consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

Títulos e valores mobiliários por tipo	Jun/2020		Dez/2019	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>	<b>58.848</b>	<b>59.245</b>	-	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	58.848	59.245	-	-
<b>Disponível para venda</b>	<b>922.308</b>	<b>927.798</b>	<b>847.143</b>	<b>850.105</b>
Letras do Tesouro Nacional	777.673	785.143	705.634	709.899
Letras Financeiras do Tesouro	109.855	107.875	107.317	106.015
Cotas de fundos de investimentos	34.780	34.780	34.192	34.191
<b>Total</b>	<b>981.156</b>	<b>987.043</b>	<b>847.143</b>	<b>850.105</b>

	Jun/2020					Valor de Mercado
	Valores por faixa de vencimento					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
<b>Títulos para negociação</b>						
Notas do Tesouro Nacional – Série F	58.848	-	-	59.245	-	59.245
<b>Disponível para venda</b>						
Letras do Tesouro Nacional	777.673	174.984	247.629	362.529	-	785.143
Letras Financeiras do Tesouro	109.855	-	107.875	-	-	107.875
Cotas de fundos de investimentos	34.780	-	-	-	34.780	34.780
<b>Total</b>	<b>981.156</b>	<b>174.984</b>	<b>355.505</b>	<b>421.774</b>	<b>34.780</b>	<b>987.043</b>

	<b>Dez.19</b>					<b>Valor de Mercado</b>
	<b>Valores por faixa de vencimento</b>					
	<b>Custo atualizado</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 3 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>	
<b>Disponível para venda</b>						
Letras do Tesouro Nacional	705.634	199.965	415.518	94.416	-	709.899
Letras Financeiras do Tesouro	107.317	-	-	106.015	-	106.015
Cotas de fundos de investimentos	34.191	-	-	-	34.191	34.191
<b>Total</b>	<b>847.142</b>	<b>199.965</b>	<b>415.518</b>	<b>200.431</b>	<b>34.191</b>	<b>850.105</b>

A composição da carteira em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

	<b>jun/20</b>			<b>Total</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	107.875	-	-	107.875
Letras do Tesouro Nacional	785.143	-	-	785.143
Notas do Tesouro Nacional – Série F	59.245	-	-	59.245
Cotas de fundos de investimentos	34.780	-	-	34.780
	<b>987.043</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>987.043</b>

	<b>dez/19</b>			<b>Total</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	106.015	-	-	106.015
Letras do Tesouro Nacional	709.899	-	-	709.899
Cotas de fundos de investimentos	34.192	-	-	34.192
	<b>850.105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>850.105</b>

Nível 1 - Preços cotados e não ajustados em mercados ativos:

O valor justo dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Nível 2 - Inputs incluído no nível 1 que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços):

Nível 3 – Os instrumentos neste níveis incluem na sua precificação inputs que não sejam observáveis no mercado. O Banco não possui ativos classificados nesse nível.

## 8 Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

**Futuros e termo:** cotações extraídas da B3;

**Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Instrumentos financeiros derivativos por modalidade	Jun/2020				
	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
<b>Swaps</b>	<b>1.243.269</b>	<b>85.230</b>	<b>81.616</b>	<b>(634.436)</b>	<b>(719.443)</b>
Swaps locais	1.243.269	85.230	81.616	(634.436)	(719.443)
<b>Futuros</b>	<b>7.944.195</b>	-	-	-	-
US\$ - compra	4.574.982	-	-	-	-
US\$ - venda	741.333	-	-	-	-
DI - compra	441.494	-	-	-	-
DI - venda	2.186.386	-	-	-	-
<b>Operações a termo</b>	<b>8.376.812</b>	<b>654.171</b>	<b>644.891</b>	<b>(507.893)</b>	<b>(491.753)</b>
Moedas e Commodities (NDF)	8.376.812	654.171	644.891	(507.893)	(491.753)
<b>Total</b>	<b>17.564.276</b>	<b>739.401</b>	<b>726.507</b>	<b>(1.142.329)</b>	<b>(1.211.196)</b>
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade	Dez/2019				
	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
<b>Swaps</b>	<b>1.327.791</b>	<b>3.959</b>	<b>3.855</b>	<b>(211.104)</b>	<b>(230.396)</b>
Swaps locais	1.327.791	3.959	3.855	(211.104)	(230.396)
<b>Futuros</b>	<b>6.061.686</b>	-	-	-	-
US\$ - compra	2.784.812	-	-	-	-
US\$ - venda	949.039	-	-	-	-
DI - compra	554.166	-	-	-	-
DI - venda	1.773.669	-	-	-	-

<b>Operações a termo</b>	<b>12.300.424</b>	<b>142.038</b>	<b>154.703</b>	<b>(191.446)</b>	<b>(202.455)</b>
Moedas e Commodities (NDF)	12.300.424	142.038	154.703	(191.446)	(202.455)
<b>Total</b>	<b>19.689.901</b>	<b>145.997</b>	<b>158.558</b>	<b>(402.550)</b>	<b>(432.851)</b>

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

Instrumentos financeiros derivativos por faixas de vencimento	Jun/2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Valor de mercado</b>					
<b>Ativo</b>					
Swaps	36.604	45.012	-		81.616
Operações a termo	302.103	283.085	59.703	-	644.891
<b>Total</b>	<b>338.707</b>	<b>328.097</b>	<b>59.703</b>		<b>726.507</b>
<b>Passivo</b>					
Swaps	-	-	(344.191)	(375.252)	(719.443)
Operações a termo	(83.290)	(407.851)	(612)	-	(491.753)
<b>Total</b>	<b>(83.290)</b>	<b>(407.851)</b>	<b>(344.803)</b>	<b>(375.252)</b>	<b>(1.211.196)</b>

Instrumentos financeiros derivativos por faixas de vencimento	Dez/2019				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
<b>Valor de mercado</b>					
<b>Ativo</b>					
Swaps		3.855			3.855
Operações a termo	106.958	45.932	1.813	-	154.703
<b>Total</b>	<b>106.958</b>	<b>49.787</b>	<b>1.813</b>	<b>-</b>	<b>158.558</b>
<b>Passivo</b>					
Swaps		-	(57.766)	(172.630)	(230.396)
Operações a termo	(122.101)	(67.315)	(13.039)	-	(202.455)
<b>Total</b>	<b>(122.101)</b>	<b>(67.315)</b>	<b>(70.805)</b>	<b>(172.630)</b>	<b>(432.851)</b>

Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação	Jun/2020		
	Swaps	Op. a termo	Total
<b>Valor de mercado</b>			
<b>Ativo</b>			
Balcão	81.616	644.891	726.507
<b>Total</b>	<b>81.616</b>	<b>644.891</b>	<b>726.507</b>
<b>Passivo</b>			
Balcão	(719.443)	(491.753)	(1.211.196)
<b>Total</b>	<b>(719.443)</b>	<b>(491.753)</b>	<b>(1.211.196)</b>

Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação Valor de mercado	Dez/2019		
	Swaps	Op. a termo	Total
<b>Ativo</b>			
Balcão	3.855	154.703	158.558
<b>Total</b>	<b>3.855</b>	<b>154.703</b>	<b>158.558</b>
<b>Passivo</b>			
Balcão	(230.396)	(202.455)	(432.851)
<b>Total</b>	<b>(230.396)</b>	<b>(202.455)</b>	<b>(432.851)</b>

A composição da carteira em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

Instrumentos financeiros derivativos	jun/20			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativo</b>				
Futuros	-	-	-	-
Operações a termo	-	644.891	-	644.891
Swap	-	81.616	-	81.616
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>726.507</b>	<b>-</b>	<b>726.507</b>
<b>Passivo</b>				
Futuros	-	-	-	-
Operações a termo	-	(491.753)	-	(491.753)
Swap	-	(719.443)	-	(719.443)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.211.196)</b>	<b>-</b>	<b>(1.211.196)</b>
Instrumentos financeiros derivativos	dez/19			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativo</b>				
Futuros	-	-	-	-
Operações a termo	-	154.703	-	154.703
Swap	-	3.855	-	3.855
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>158.558</b>	<b>-</b>	<b>158.558</b>
<b>Passivo</b>				
Futuros	-	-	-	-
Operações a termo	-	(202.455)	-	(202.455)
Swap	-	(230.396)	-	(230.396)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(432.851)</b>	<b>-</b>	<b>(432.851)</b>

## 9 Operações de crédito e garantias financeiras prestadas

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Financiamentos à importação e exportação	285.939	229.876
Empréstimos	747.592	471.484
Títulos descontados	167.720	139.814
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>1.201.251</b>	<b>841.174</b>
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 10)	919.819	438.519
Títulos e créditos a receber	692.876	745.289
Rendas a receber de ACC (nota10)	10.062	1.137
<b>Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão</b>	<b>2.824.008</b>	<b>2.026.119</b>
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.143)	(4.495)
Provisão sobre garantias prestadas (nota 17)	(45.062)	(4.660)
<b>Total</b>	<b>(50.205)</b>	<b>(9.155)</b>

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzam significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

### a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas.

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Saldo inicial	(9.155)	(7.843)
Constituições no semestre	(42.451)	(10.628)
Reversões no semestre	1.401	9.316
<b>Provisão para créditos, outros créditos e garantias prestadas</b>	<b>(50.205)</b>	<b>(9.155)</b>

#### a.1 Resultado de Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas.

Nos semestres findos de 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo. No semestre de 2020 e 2019 não houve baixas para prejuízo.

Em 30 de junho de 2020 houve renegociação de crédito de empresa ramo aéreo. Em 31 de dezembro de 2019 não houve renegociações de crédito.

**b. Composição por modalidade e vencimento**

Vencimento / Produto	Capital de giro	Financ import / export (1)	CCB	Conta garantida	Outros emp e créditos (2)	Recebíveis / Tít. Créd. a receber (3)	ACC / ACE	Títulos descontados	Jun/2020	Dez/2019
Vencidos	-	-	-	-	-	102	-	-	102	1.146
A vencer até 30 dias	-	-	-	-	495	238.124	103.396	6.544	419.727	451.837
De 31 a 60 dias	71.168	-	-	3.216	59	177.108	28.478	6.310	290.277	532.046
De 61 a 90 dias	71.436	3.670	-	1.609	1.331	108.329	98.271	7.742	293.618	297.721
De 91 a 120 dias	42.608	33.728	-	32.565	1.213	88.287	192.055	7.360	437.101	242.808
De 121 a 180 dias	115.621	-	-	29.649	4.771	28.317	236.445	12.635	387.202	143.023
De 181 a 360 dias	72.972	2.413	-	42.190	2.193	11.037	261.174	33.653	822.115	170.944
Acima de 361 dias	229.916	241.952	-	-	-	41.572	-	93.476	173.866	186.594
	31.420	4.176	3.222	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>635.141</b>	<b>285.939</b>	<b>3.222</b>	<b>109.229</b>	<b>10.062</b>	<b>692.876</b>	<b>919.819</b>	<b>167.720</b>	<b>2.824.008</b>	<b>2.026.119</b>

(1) Repasse sob a Resolução CMN nº 3.844/10: R\$ 265.899 (Dez/2019 - R\$ 208.438) / COMPROR: R\$ 20.040 (Dez/2019 - R\$21.437).

(2) Rendas ACC/ACE: R\$ 10.062 (Dez/2019 - R\$1.136)

(3) Refere-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 364.528 (Dez/2019 - R\$ 437.705); a operação de "Supplier finance" no montante de R\$ 328.348 (Dez/2019 - R\$ 307.585);

**c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica**

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financ import / export	CCB	Conta garantida	Outros emp e créditos	Recebíveis / Tít. Créd. a receber	ACC / ACE	Títulos descontados	Jun/2020	Dez/2019
Mineração	-	-	-	-	172	-	105.998	-	106.170	299.412
Siderurgia e metalurgia	7.628	-	-	-	-	231	-	-	7.859	7.580
Agropecuário	-	122.470	-	-	-	-	-	-	122.470	105.804
Comércio	-	22.323	3.222	12.923	1.151	14.567	98.021	-	152.207	68.385
Alimentos e bebidas	60.534	87.625	-	-	4.007	368.278	118.437	-	638.881	653.547
Máquinas e equipamentos	113.425	48.961	-	24.117	165	142.434	12.355	-	341.457	285.413
Outros	49.219	2.005	-	68.424	2.839	51.372	364.904	-	538.763	186.906
Químico e petroquímico	<b>236.069</b>	-	-	3.702	-	74.057	-	-	313.828	127.989
Telecomunicações	450	-	-	-	-	-	-	-	450	430
Eletroeletrônicos	110.998	-	-	63	2.555	4.917	-	167.720	286.253	159.817
Automotivo	48.400	-	-	-	-	37.020	-	-	85.420	111.376
Construção e imobiliário	8.418	-	-	-	137	-	17.266	-	25.821	14.220
Transportes	-	-	-	-	1.591	-	202.838	-	204.429	5.240
<b>Total</b>	<b>635.141</b>	<b>285.939</b>	<b>3.222</b>	<b>109.229</b>	<b>10.062</b>	<b>692.876</b>	<b>919.819</b>	<b>167.720</b>	<b>2.824.008</b>	<b>2.026.119</b>

**d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco**

	Classificação de risco				Jun/2020	Dez/2019
	AA	A	B	H		
Vencidos	102	-	-	-	102	1.146
A vencer até 30 dias	409.321	3.118	7.288	-	419.727	451.836
De 31 a 60 dias	274.999	4.281	10.997	-	290.277	532.046
De 61 a 90 dias	216.918	23.687	53.013	-	293.618	297.721
De 91 a 120 dias	396.608	728	39.765	-	437.101	242.808
De 121 a 180 dias	360.528	7.498	19.176	-	387.202	143.023
De 181 a 360 dias	806.890	6.512	8.713	-	822.115	170.945
Acima de 361 dias	140.117	580	29.947	3.222	173.866	186.594
<b>Total</b>	<b>2.605.483</b>	<b>46.404</b>	<b>168.899</b>	<b>3.222</b>	<b>2.824.008</b>	<b>2.026.119</b>
<b>Total da Provisão</b>		<b>(232)</b>	<b>(1.689)</b>	<b>(3.222)</b>	<b>(5.143)</b>	<b>(4.495)</b>



Provisão (%)                              0.00%                              0.50%                              1.00%                              100%

**e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco**

	<u>Classificação de risco</u>				<u>Jun/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
	<u>AA</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>H</u>		
Financiamento à importação / exportação	277.981	4.288	3.670	-	285.939	229.876
ACC / ACE	844.783	25.296	49.740	-	919.819	438.519
Recebíveis	644.187	6.524	42.165	-	692.876	745.291
CCB	-	-	-	3.222	3.222	3.401
Conta garantida	75.056	1.608	32.565	-	109.229	186.567
Capital de giro	586.838	8.418	39.885	-	635.141	281.514
Títulos descontados	167.720	-	-	-	167.720	139.814
Outros empréstimos	8.919	265	878	-	10.062	1.137
<b>Total</b>	<b>2.605.484</b>	<b>46.399</b>	<b>168.903</b>	<b>3.222</b>	<b>2.824.008</b>	<b>2.026.119</b>

**f. Concentração das operações de crédito**

	<u>Saldo</u> <u>Jun/2020</u>	<u>% Carteira</u>	<u>Saldo</u> <u>Dez/2019</u>	<u>% Carteira</u>
10 maiores emitentes/clientes	1.629.980	57,72	1.252.973	61,84
50 seguintes maiores emitentes/clientes	1.160.441	41,09	753.098	37,17
100 seguintes maiores emitentes/clientes	33.587	1,19	20.048	0,99
<b>Total</b>	<b>2.824.008</b>	<b>100,00</b>	<b>2.026.119</b>	<b>100,00</b>

**10 Carteira de câmbio**

	<u>Jun/2020</u>		<u>Dez/2019</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Obrigações por compra de câmbio	-	2.833.761	-	2.480.577
Câmbio comprado a liquidar	3.105.636	-	2.479.865	-
Direitos sobre venda de câmbio	2.003.039	-	2.080.308	-
Câmbio vendido a liquidar	-	2.156.920	-	2.082.985
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	10.062	-	1.136	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(691)	-	-	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	-	(919.819)	-	(438.519)
<b>Total</b>	<b>5.118.046</b>	<b>4.070.862</b>	<b>4.561.309</b>	<b>4.125.043</b>

**11 Diversos**

	<u>Jun/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Depósitos judiciais (a)	252.413	215.935
Imposto de renda a compensar	24.097	29.894
Serviços prestados a receber - empresas exterior (b)	139.528	94.217
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	18.561	18.418
Pagamento a ressarcir	605	597
<b>Total</b>	<b>435.204</b>	<b>359.061</b>

(a) Segue composição do saldo de depósitos judiciais:

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Demandas ISS	13.234	13.099
Depósitos previdenciários	174.130	138.705
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	3.972	3.913
Demandas COFINS	36.387	35.777
Outras demandas tributárias	24.690	24.441
<b>Total</b>	<b>252.413</b>	<b>215.935</b>

(b) Representa o valor a receber do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 19).

## 12 Créditos tributários e impostos diferidos

Segue composição dos valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos:

	<b>Junho/2020</b>			<b>Dez/2019</b>		
	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Total</b>	<b>Imposto de renda</b>	<b>Contribuição social</b>	<b>Total</b>
<b>Crédito Tributário (a)</b>						
Diferenças temporárias	77.300	61.840	139.140	56.340	45.078	101.418
	77.300	61.840	139.140	56.340	45.078	101.418
<b>Crédito Tributário</b>						
Prejuízo fiscal / base negativa	52.427	53.676	106.102	57.773	57.929	115.702
	52.427	53.676	106.102	57.773	57.929	115.702

### a. Créditos tributários

*Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias:*

	<b>dez/19</b>	<b>Constituição</b>	<b>(Realização)</b>	<b>jun/20</b>	<b>jun/19</b>
Diferenças temporárias (1)					
Imposto de renda	56.340	25.494	(4.533)	77.300	48.804
Contribuição social	45.078	20.388	(3.627)	61.840	29.251
	101.418	45.882	(8.160)	139.140	78.055

(1) Constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes, sobre benefícios pós-emprego, remuneração variável diferida e marcação a mercado.

#### **Expectativa de realização:**

O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em junho de 2020 totalizou R\$ 139.140 (Dez/2019 - R\$ 101.418).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros e realização das operações a ele associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 6 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2020 – 36,91%; 2021 – 27,77%; 2022 – 15,28%; 2023 – 9,84%; 2024 – 4,52%; 2025 – 2,85%; 2026 – 2,83%.

**Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa:**

	<b>dez/19</b>	<b>Constituição</b>	<b>(Realização)</b>	<b>jun/20</b>	<b>jun/19</b>
Prejuízo fiscal e base negativa					
Imposto de renda	57.773	606	(5.953)	52.426	59.799
Contribuição social	<u>57.929</u>	<u>509</u>	<u>(4.762)</u>	<u>53.676</u>	<u>44.365</u>
	<u>115.702</u>	<u>1.115</u>	<u>(10.715)</u>	<u>106.102</u>	<u>104.164</u>

**Expectativa de realização:**

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em junho de 2020 totalizou R\$ 106.102 (Dez/2019 - R\$ 115.702).

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 10 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa) 2021 – 7,97%; 2022 – 9,15%; 2023 – 10,38%; 2024 – 11,49%; 2025 – 12,13%; 2026 - 12,60%; 2027 – 13,04%; 2028 – 13,25% e 2029 – 9,99%

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 214.152 (2019 - R\$ 179.124).

**Efeito em resultados**

Segue quadro demonstrativo do efeito em resultado, oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:

	<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>Outras Diferenças temporárias</b>	<b>Efeito líquido</b>
	<b>Receita/(Despesa)</b>	<b>Receita/(Despesa)</b>	<b>Receita/ (Despesa)</b>
Imposto de renda	(5.346)	20.961	15.614
Contribuição social	<u>(4.254)</u>	<u>16.762</u>	<u>12.508</u>
Efeito em 2020	<u>(9.600)</u>	<u>37.723</u>	<u>28.122</u>
Efeito em 2019	<u>(4.467)</u>	<u>(2.945)</u>	<u>(7.412)</u>

(\*) A diferença entre o resultado líquido em 2020 e o resultado do ativo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados referem-se a contabilização no patrimônio líquido do ajuste de avaliação patrimonial líquida dos efeitos tributários dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, conforme Circular Bacen nº 3.068/01 no montante de R\$ 1.138 em junho de 2020.

**13 Depósitos a vista a prazo e interfinanceiros**

Os depósitos a vista totalizavam o montante de R\$ 448.129 (Dez/2019 – R\$ 516.255).

- (a) Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 110% (2019 - entre 75% e 100,1%) e CDBs pré-fixados de 7,42% a.a. (Dez/2019 - 7,42% a.a.). Segue abertura por prazo de vencimento:

<b>Depósitos a prazo</b>	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
<b>Faixas de vencimento</b>		
Até 3 meses	314.308	249.417
3 a 12 meses *	1.997.452	880.278
1 a 3 anos	14.921	70.321
Acima de 3 anos	146	-
<b>Total</b>	<b>2.326.827</b>	<b>1.200.016</b>

\*Saldo em partes relacionadas BRL 6.929 (Dez/19 BRL 7.032) (nota 19)

- (b) Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100% (Dez/2019 - 96%). Segue abertura por prazo de vencimento:

<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
<b>Faixas de vencimento</b>		
Até 3 meses	25.026	700
<b>Total</b>	<b>25.026</b>	<b>700</b>

## 14 Obrigações por empréstimos e repasses

	<b>Jun/2020</b>		<b>Dez/2019</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Obrigações por tomadas de linha (a)	631.468	-	854.956	-
Obrigações por empréstimos no exterior (b)	87.625	-	53.236	-
Financiamentos à exportação (c)	1.039.509	-	450.441	-
<b>Total (nota 19)</b>	<b>1.758.602</b>		<b>1.358.633</b>	<b>-</b>

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Dólar, com taxa máxima de até 2,44% ao ano e liquidados em junho de 2021.

(b) Referem-se basicamente às captações com DB New York, em Dólar, com taxa de juros de até 2,44% e vencimentos até maio de 2021.

(c) Referem-se às captações com o DB Frankfurt e DB New York, principalmente em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 2,40% ao ano e vencimentos até abril de 2021.

## 15 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
<b>Circulante:</b>		
Impostos e contribuições a recolher (IR fonte, ISS, etc.)	8.002	9.314
	8.002	9.314
<b>Não Circulante:</b>		
Impostos e contribuições sobre lucros	21.362	16.579
	21.362	16.579
<b>Total</b>	<b>29.364</b>	<b>25.893</b>

## 16 Outras obrigações diversas

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
<b>Circulante:</b>		
Despesas de pessoal	11.712	11.915
Despesas administrativas	14.887	470
Contas a pagar	1.050	309
	27.649	12.694
<b>Não Circulante:</b>		
Despesas de pessoal	36.543	34.586
Despesas administrativas	-	3.558
Contas a pagar	-	2.153
	36.543	40.297
<b>Total</b>	<b>64.192</b>	<b>52.991</b>

## 17 Provisões diversas

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
<b>Circulante:</b>		
Provisão sobre garantias prestadas (*) (nota 9)	41.664	222
	41.664	222
<b>Não Circulante:</b>		
Provisão sobre garantias prestadas (*) (nota 9)	3.398	4.438
Riscos fiscais e administrativos (nota 18)	145.635	144.370
Passivo atuarial (nota 22c)	61.314	61.314
Passivo contingente (nota 18)	11.323	13.625
	221.670	223.747
<b>Total</b>	<b>263.334</b>	<b>223.969</b>

(\*) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. A exposição em 30 de junho de 2020 representa R\$ 3.321.600 (2019 - R\$ 3.233.618).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de *rating* de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada (“*Expected Loss - EL*”), o qual diferencia a probabilidade de inadimplemento (“*Probability of Default - PD*”) de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplemento venha a ocorrer. Para cada tomador (“pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico”), será atribuída uma PD de contraparte (“*Counterparty Probability of Default - CPD*”). Toda

classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entre em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação. Sendo a seguir compostas:

	jun/20		dez/19	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
<b>Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito)</b>	3.321.600	45.062	3.233.618	4.660

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de riscos, são demonstrados a seguir:

Nível de risco	jun/20		dez/19	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
A	91.068	455	31.357	157
AA	2.840.687	0	2.941.363	0
B	68.399	684	171.027	1.710
C	194.481	5.834	88.482	2.654
D	0	0	1.390	139
E	126.965	38.089	0	0
<b>Total</b>	<b>3.321.600</b>	<b>45062</b>	<b>3.233.618</b>	<b>4.660</b>

## 18 Contingências passivas

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

### Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Saldo em	Adição	Reversão	Reversão	Atualização	Saldo em
	Dez/2019	à provisão	Resultado	Depósito/P agamento	monetária	Jun/2020
<b>Fiscais</b>						
IR/CS (a)	7.399	-	-	-	42	7.441
INSS (b)	135.784	-	-	-	1.216	137.000
		-	-	-	-	-
Outros	781	-	-	-	-	781
<b>Total fiscais</b>	<b>143.964</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.255</b>	<b>145.222</b>
<b>Trabalhistas</b>	10.931	548	(316)	(237)	397	11.323
<b>Cíveis</b>	2.694	-	(100)	(2.765)	171	-
<b>Administrativo (c)</b>	405	-	-	-	8	413

<b>Total provisões</b>	<b>157.994</b>	<b>548</b>	<b>(416)</b>	<b>(3.002)</b>	<b>1.831</b>	<b>156.958</b>
------------------------	----------------	------------	--------------	----------------	--------------	----------------

- (a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 4.849, referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores.
- Foi constituída, em Setembro de 2019 uma provisão no valor de R\$ 2.593 relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.
- Este processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis..
- (b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R\$ 137.000, correspondente ao valor atualizado do respectivo depósito judicial constituído para essa causa. Informamos que a melhor estimativa da perda esperada para esse caso é o próprio valor do depósito judicial.
- (c) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$413.

#### **Contingências classificadas com risco de perda possível**

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como “possível”, sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 13.226, (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 152. (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 5.455, (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 16.717. Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, o Banco realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 18.218, para seguimento das discussões na esfera judicial,

Possui também dois autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. Os autos, originalmente oriundos da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foram devidamente impugnados e aguardam julgamento por parte do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor atualizado dessas demandas é de R\$ 31.692. O Banco realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 18.168, para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em Dezembro/19, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho/20 o DB efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193.

Há execução fiscal ajuizada pela União (Fazenda Nacional) em junho de 2010 referente à cobrança de valores relacionados a contribuição previdenciária (cessão de mão de obra) a cargo do empregador supostamente devidos sobre pagamentos efetuados a empregados a título de participação nos lucros (período de junho de 1995 a janeiro de 1999). Há depósito judicial efetuado em ação declaratória correlata anterior no valor (atualizado) de R\$ 2.938. Em Maio de

2019 foi dado provimento à Apelação apresentada pelo Banco em relação à decisão decorrente da Ação Declaratória supra citada (trânsito em julgado em Agosto/19). Aguarda-se desenvolvimento regular do caso.

Em fevereiro de 2012 foi distribuído procedimento administrativo relacionado ao programa de Participação de Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro de 2007 a fevereiro de 2008. A Impugnação do Banco foi julgada procedente – aguarda-se julgamento do recurso de ofício que foi apresentado pela Secretaria da Receita Federal (fase administrativa). Valor da causa atualizado é de R\$ 6.381).

Em março de 2019 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração para cobrança de valores de contribuições previdenciárias supostamente devidos pelo Banco em relação a verbas pagas a título de auxílio alimentação e refeição no período de março de 2014 a dezembro de 2015. O Banco apresentou impugnação em abril de 2019 no respectivo processo administrativo. O valor da causa atualizado é de R\$ 4.609).

O Banco consta, junto com outras quatro instituições, do polo passivo de ação de indenização distribuída por um Fundo de Investimento em outubro de 2015 em face de seus gestores, administradores e custodiantes. O valor da causa atualizado é de R\$ 37.843).

O Banco consta do polo passivo de uma ação cível indenizatória movida por suposto descumprimento de deveres decorrentes de contrato de distribuição de quotas de um Fundo de Investimentos. Processo iniciado em Outubro de 2014. Após decisão de segundo grau, o Banco realizou pagamento no valor de R\$ 2.794. Aguarda-se desenvolvimento do processo, mas não são esperadas novas condenações ao Banco.

Os processos de natureza trabalhistas e cíveis contra o Banco e classificados com probabilidade de perda “possível” possuem valores agregados de R\$ 28.757 e R\$ 40.940, respectivamente.

A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 6.311. Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 4.305 e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230.

Ainda com relação às discussões com o mesmo órgão municipal, o Banco impetrou quatro ações anulatórias com a finalidade de desconstituir autos de infração lavrados por este Município e que atualmente somam o montante de R\$ 9.440. Foram realizados alguns depósitos judiciais que somam o montante de R\$ 9.284.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda “possível” dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

## 19 Transações com partes relacionadas

### a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jun/2020		Dez/2019	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
<b>Disponibilidades (DEME) (nota 5)</b>	<b>100.381</b>		<b>92.711</b>	-
DB AG (Frankfurt)	42.315		67.866	-
DB AG (Tokyo)	5		11	-
DB AG (New York)	57.962		24.005	-
DB AG (London)	99		829	-
<b>Depósito à vista (nota 13)</b>	<b>4.252</b>		<b>15.153</b>	-
Dt. Bank Secur. Inc.	457		464	-
DBUSBZ2 Sàrl	9		9	-



	<u>Jun/2020</u>		<u>Dez/2019</u>	
	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>	<u>Ativo / (Passivo)</u>	<u>Receita / (Despesa)</u>
DMG Group plc	-		-	-
DB AG (London)	2.761		13.808	-
DIMA, Inc.	974		821	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	51		51	-
<b>Depósito a prazo (nota 13)</b>	<b>(6.929)</b>	<b>(147)</b>	<b>(7.032)</b>	<b>(3.173)</b>
Global Markets FIM Crédito Privado de Inv no Exterior	(6.929)	(147)	(7.032)	(3.173)
DBUSBZ2 Sàrl	-		-	-
	<b>504.887</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aplicações em ME (i) (nota 6)</b>				
Deutsche Bank AG, London	1.150		-	-
DB AG (New York)	503.737			
<b>Serviços prestados para empresas no exterior (nota 11)</b>	<b>139.528</b>	<b>31.543</b>	<b>94.217</b>	<b>77.585</b>
DB AG (London)	59.746	17.020	43.023	45.527
DB AG (New York)	11.099	1.618	6.852	2.987
DB Trust Co Americas	9.977	1.018	6.489	1.947
DWS Investm. AU Ltd	5		4	
DWS Group Sv. UK Ltd	5		4	
DWS Investment GmbH	9.403	3.316	3.066	7.650
DIMA, Inc.	6.670	2.195	8.468	5.038
DB AG (Cayman Isl.)	42.407	6.366	26.158	14.410
RREEF America LLC	11		8	
DeAM (Japan) Limited	16		12	
DeAM SGIIC SA	5		4	
DWS Investm. UK Ltd	84	5	58	7
DWS Distributors Inc			4	
DWS Internat. GmbH	30	5	16	19
DeAM Hong Kong Limited	16		12	
DeAM Asia Limited	11		8	
DeAM S.A.	43		31	
<b>Obrigações por empréstimos e repasses (nota 14)</b>	<b>(1.758.602)</b>	<b>(9.987)</b>	<b>(1.358.633)</b>	<b>(26.746)</b>
DB AG (Frankfurt)	(160.052)	(13)	(290.900)	(17)
DB AG (New York)	(1.598.550)	(9.974)	(1.067.733)	(26.729)
<b>Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (nota 10)</b>	<b>(1.174)</b>	<b>22.870</b>	<b>(3.778)</b>	<b>(45.374)</b>
DB AG (London)	(1.174)	22.870	(3.778)	(45.374)
<b>Despesas a pagar para empresas no exterior (nota 16)</b>	<b>(14.145)</b>	<b>(24.129)</b>	<b>(3.344)</b>	<b>(7.278)</b>
DB AG (Frankfurt)	(1.423)	(70)	1.139	(2.284)
DB AD (London)	(81)	(18.276)	-	(409)
DB Jacksonville	(12.641)	(5.783)	(4.483)	(4.542)
DBOI				(43)

- (i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.
- (ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

## **b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração**

**b.1 Definição de pessoal-chave da Administração:** Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

**b.2 Política:** O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

**b.3 Benefícios de curto prazo:**

	<u>Jun/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Remuneração fixa	5.647	10.503
Remuneração variável (curto prazo)	1.201	1.855
Encargos trabalhistas	2.332	2.398

**b.4 Benefícios de longo prazo:**

	<u>Jun/2020</u>	<u>Dez/2019</u>
Remuneração variável (longo prazo)	2.549	3.017
Encargos trabalhistas	910	1.077

**b.5 Outras informações:** conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

## **20 Patrimônio Líquido**

### **a. Capital social**

O capital social está totalmente integralizado e se divide em 801.494.530 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

### **b. Prejuízos / Lucros acumulados / Reserva de lucro**

O lucro acumulado em 2019 refere-se ao resultado auferido no semestre. O prejuízo auferido no 1º semestre de 2020 refere-se ao resultado auferido no semestre.

### **c. Ajustes de avaliação patrimonial**

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ 1.390.

### **d. Dividendos e juros sobre capital próprio**

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 20 de Dezembro de 2019 foi aprovado a distribuição de JCP de R\$ 50 milhões. Em 2020 não foram distribuídos dividendos e ou JCP.

De acordo com a Resolução CMN 4.820 de 25 de maio de 2020 fica estabelecido por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.

### **e. Lucro por ação**

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado

dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

**f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III**

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	<b>Jun/2020</b>	<b>Dez/2019</b>
Risco operacional	48.178	51.009
Risco de crédito	525.408	355.935
Risco de moeda/cambial	738	27.280
Risco de juros	88.260	58.936
<b>Total Patrimônio Líquido exigido – PLE</b>	<b>662.584</b>	<b>493.160</b>
Patrimônio referência	1.522.541	1.519.497
Margem para limite Basileia	859.957	1.026.337
Percentual de utilização	43,52%	32.45%
<b>Índice Basileia</b>	<b>18,38%</b>	<b>24.65%</b>
RBAN	6.429	16.926
<b>Razão de alavancagem *</b>	<b>13,11%</b>	<b>17,68%</b>

(\*) Por meio de instrução definida na Resolução 4.557/2017, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional, implementaram uma nova metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade em Janeiro/2020. Sendo assim, o montante apresentado na linha indicada como IRRBB/Rban para o semestre findo de 30 de junho de 2020, foi calculado conforme descrito na Circular 3.876/2019. E o montante apresentado no semestre findo de 30 de junho de 2019 foi calculado conforme a Circular 3.365/2007 (Rban).

**21 Imposto de renda e contribuição social**

	<b>Imposto de renda</b>		<b>Contribuição social</b>	
	<b>Jun/2020</b>	<b>Jun/2019</b>	<b>Jun/2020</b>	<b>Jun/2019</b>
Resultado antes da tributação e dos juros sobre capital próprio	(15.339)	44.447	(15.339)	44.447
Efeitos marcação a mercado	37.819	(7.854)	37.819	(7.854)
Adições (exclusões) permanentes líquidas	619	602	619	602
Adições (exclusões) temporárias líquidas	48.186	50	47.797	50
Base de cálculo	71.285	37.245	70.896	37.245
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(21.386)	(11.168)	(21.269)	(11.168)
Base de cálculo após compensações	49.900	26.077	49.627	26.077
Impostos correntes	(12.165)	(6.366)	(9.703)	(3.929)

Incentivos fiscais / IR Agência	20		20
Ativo fiscal diferido	16.164	(4.743)	13.096
	<u>16.164</u>	<u>(4.743)</u>	<u>13.096</u>
<b>Resultado de Imposto de renda e Contribuição social no período</b>	<b><u>3.999</u></b>	<b><u>(11.089)</u></b>	<b><u>3.393</u></b>
	<u>3.999</u>	<u>(11.089)</u>	<u>3.393</u>

## 22 Outras informações

- a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.
- b. Receitas de prestação de serviços são compostas por:

	<u>Jun/2020</u>		<u>Jun/2019</u>
Serviços prestados às empresas relacionadas	31.543		34.898
Serviços de custódia	5.460		3.989
Rendas de garantias prestadas	7.373		7.561
Comissão de estruturação	326		577
Outras	1.598		901
<b>Total</b>	<b><u>46.300</u></b>		<b><u>47.926</u></b>

- c. De acordo com o CPC33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como benefícios do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 61.314 Junho/2020 e Dez/2019. A reavaliação atuarial vem sendo realizada anualmente pelo Banco.
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixa de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passa a integrar as despesas correntes do Banco, caso haja desligamentos no período. Sendo assim, a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019.
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R\$ 1.287 – em 2019.

- d. Outras despesas administrativas são compostas por:

	<u>Jun/2020</u>		<u>Jun/2019</u>
Serviços técnicos especializados	(8.626)		(7.498)
Processamento de dados	(6.509)		(6.988)
Comunicação	(3.622)		(3.177)
Seguros	(621)		(1.319)
Serviços do sistema financeiro	(4.895)		(4.855)
Aluguéis	(2.199)		(1.908)
Depreciação e amortização	(1.593)		(1.104)
Viagens	(267)		(1.142)

Serviços de terceiros	(1.032)	(1.285)
Manutenção e conservação de bens	(2.640)	(4.279)
Publicidade e propaganda	(100)	(156)
Serviços de Empresas no Exterior	(5.783)	-
Outras	(2.125)	(2.019)
<b>Total</b>	<b><u>(40.012)</u></b>	<b><u>(35.730)</u></b>

e. Outras receitas operacionais são compostas por:

	<u>Jun/2020</u>	<u>Jun/2019</u>
Atualização de depósitos judiciais	2.414	4.752
Atualização taxa Selic - tributos	137	47
Renda de atualização de títulos e créditos a receber	16.649	14.092
Reversões de provisões judiciais (nota 16)	415	525
Varição cambial sobre valores a receber	33.443	-
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	-	53
Outras	126	477
<b>Total</b>	<b><u>53.184</u></b>	<b><u>19.946</u></b>

f. Outras despesas operacionais são compostas por:

	<u>Jun/2020</u>	<u>Jun/2019</u>
Despesas com processos judiciais / reversões	(548)	(1.298)
Varição cambial sobre valores a receber	-	(1.001)
Varição monetária sobre processos judiciais (nota 16)	(1.831)	(2.865)
Serviços prestados por empresas no exterior	(18.346)	(2.123)
Despesas sobre fianças	(41)	(71)
Outras	(523)	(281)
<b>Total</b>	<b><u>(21.289)</u></b>	<b><u>(7.639)</u></b>

g. Resultado de operações de câmbio:

	<u>Jun/2020</u>	<u>Jun/2019</u>
Receitas (despesas) com variação cambial	35.084	48.807
Receitas com exportação, importação e financeiro	12.222	6.136
Outras	(937)	(1.389)
<b>Total</b>	<b><u>46.369</u></b>	<b><u>53.554</u></b>

## 23 Gerenciamento de riscos

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), Liquidez, Operacional, Reputacional e Responsabilidade Socioambiental.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de

riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

#### **a. Risco Operacional**

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

#### **b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária**

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

##### **Gerenciamento de Risco de Mercado**

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado (MRM - *Market Risk Management*) exerce uma função específica de gerenciamento de risco de mercado e de Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), atuando de forma independente das áreas de Negócios. A área de MRM monitora continuamente os níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- *Value-at-Risk (VaR)*: é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *Market Risk Managemen*

##### **Análise de sensibilidade**

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (*Trading Book*) e Bancária (*Banking Book*). Essa segregação visa confirmar que a carteira de não negociação apresenta as mesmas condições de captação e repasse, de forma que não geram impacto em caso de condições extremas nas taxas de mercado

##### **Risco de Taxa de juros**

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- RBAN: O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para a RBAN a mesma metodologia do VaR e SVaR (Stressed Value at Risk ou Valor em Risco Estressado) da carteira de negociação para taxa pré-fixada utilizando a média de cálculo o prazo de cento e oitenta (180) dias e com o time decay (decadência de prazo) de sessenta (60) dias. Para cupom cambial e índices de inflação, é utilizada a metodologia maturity ladder (escala de prazos de vencimentos), a mesma utilizada na RWA\_JUR 2 e 3 da carteira de negociação;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.

### Análise de Sensibilidade - taxa de juros

**Junho/2020**

Moeda	BRL	USD	JPY	EUR	SEK
Bonds/Cash	(132.758)				
Forwards	(50.763)	41.619	38	2.878	83
Futuros	140.418	(389.304)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Swaps	(50.152)	357.529	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>(93.255)</b>	<b>9.844</b>	<b>38</b>	<b>2.878</b>	<b>83</b>

**Dezembro/2019**

Moeda	BRL	USD	JPY	EUR	SEK
Bonds/Cash	(67.987)	-	-	-	-
Forwards	53.036	(56.382)	21	3.070	310
Futuros	54.200	(266.320)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Swaps	(44.790)	301.623	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>(5.541)</b>	<b>(21.079)</b>	<b>21</b>	<b>3.070</b>	<b>310</b>

### c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

#### *Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito*

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

#### *Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito*

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na *webpage* local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém

um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na *webpage* do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a grência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o Banco possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo a mesmo desempenhar outras funções no Banco, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

### ***Limites de Crédito***

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

### ***Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento***

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: *Global Credit Analytics Function*).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

O sistema de *rating* do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Segue abaixo a correlação entre as classificações de rating interno do Banco e as correspondentes classificações do



BACEN:

Internal	Rating BACEN	PD
iAAA	AA	0,00%
iAA+	AA	0,00%
iAA	AA	0,00%
iAA-	AA	0,00%
iA+	AA	0,00%
iA	AA	0,00%
iA-	AA	0,00%
iBBB+	AA	0,00%
iBBB	AA	0,00%
iBBB-	AA	0,00%
iBB+	A	0,50%
iBB	B	1,00%
iBB-	B	1,00%
iB+	C	3,00%
iB	C	3,00%
iB-	C	3,00%
iCCC+	D	10,00%
iCCC	D	10,00%
iCCC-	E	30,00%
iCC+	E	30,00%
ICC+	F	50,00%
iCC+	G	70,00%
ID	H	100,00%

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (*expected loss*) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

### ***Risco de Contraparte***

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

### ***Mitigadores do Risco de Crédito***

Várias técnicas de mitigação de crédito são pró-ativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

### ***Monitoramento do Risco de Crédito***

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committe).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento ao Diretoria Executiva (*BoD – Board of Directors*). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão gera sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

### **Sistemas de Crédito**

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

## **d. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de *Treasury* - Tesouraria, que é uma unidade segredada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. *Treasury* é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – *Board of Directors* – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;

- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez; e
- Aprovação de Novos Produtos.

#### Plano de Contingência de Liquidez

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

#### **Estrutura de Gerenciamento de Capital**

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

#### **Responsabilidade**

A área de *Treasury* é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

#### **Plano de Capital**

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

#### **Processos de Gerenciamento de Capital**

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

#### **e. Responsabilidade Socioambiental**

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas no Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB) e em aderência a Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil estabeleceu diretrizes e padrões locais para a identificação, avaliação, gerenciamento e mitigação dos riscos reputacionais que surjam como consequência da possível materialização de riscos socioambientais como resultado das atividades comerciais exercidas pelo DB Brasil.

## **24 Outros assuntos**

Em março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das

incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

No Brasil, medidas de diversas naturezas foram adotadas, nos âmbitos, de liquidez, monetário, creditício, cambial e fiscal. Nesse contexto, além das diversas medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, como a redução de juros, em junho/20, para 2,25% a.a., o Conselho Monetário Nacional e o Governo Federal aprovaram, medidas para ajudar a economia brasileira a enfrentar os efeitos adversos provocados pelo vírus. Entretanto, mesmo com todas essas ações, as projeções apontam que o Brasil enfrentará uma recessão em 2020 com todos os desdobramentos em termos de negócios. Destacamos a seguir itens do balanço com potencial impacto.

- **Instrumentos financeiros:** cujo valor de mercado pode variar de forma significativa dada a volatilidade de preços destes ativos, principalmente aqueles emitidos por empresas privadas que incluem um maior risco de crédito;
- **operações de crédito:** aumento da inadimplências da carteira e potencial execução de garantias.
- **créditos tributários:** cuja realização dependerá do resultado futuro, que poderá ser afetado em função dos desdobramentos da pandemia caso esta se prolongue por um longo período de tempo;
- **captações:** aumento da volatilidade, bem como incertezas nos mercados de crédito e capitais geralmente reduzem a liquidez, pode haver elevação dos custos de captação para instituições financeiras, impactando a capacidade em substituir, oportunamente e a custos reduzidos, as obrigações que estão vencendo e/ou o acesso a recursos para executar nossa estratégia de crescimento;

A Administração do Deutsche no Brasil vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais, OMS e assessoria especializada. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores. O Banco possui plano de continuidade dos negócios para situações de crise e o mesmo foi implementado para garantir a continuidade das operações do Banco. A gestão dessa crise se dá por meio de reuniões recorrentes e frequentes relatos à Diretoria Executiva. Devido às incertezas e os reflexos econômicos que a pandemia pode causar a Diretoria Executiva vem sendo permanentemente atualizada sobre o desempenho do portfólio de crédito da instituição realizando uma gestão ativa do mesmo.



Documento:	Relatório do Comitê de Auditoria
Diretor Estatutário Responsável:	RUI FERNANDO RAMOS ALVES
Diretoria Estatutária:	BETINA MACHADO FERRAZ MARIA TERESA MAURICIO DA ROCHA PEREIRA LEITE
Data-Base do Relatório:	1º Semestre 2020

## Introdução

Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/04, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), instituiu o Comitê de Auditoria ("Comitê"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

## Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela efetividade das atividades de responsabilidade da Ouvidoria e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o 1º semestre de 2020 e realizou a reunião de encerramento no dia 28 de setembro de 2020.

## Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

## Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2020. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.



#### Auditoria Interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

#### Ouvidoria

O Comitê analisou o relatório acerca da atuação da Ouvidoria ao longo do 1º semestre de 2020, o qual contém o resumo das reclamações feitas no semestre. O Comitê concluiu que o trabalho atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433/15.

#### Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2020. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

#### Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do 1º semestre de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 28 de setembro de 2020

MARIA TERESA MAURICIO DA ROCHA PEREIRA LEITE  
Diretora

RUI FERNANDO RAMOS ALVES  
Diretor

BETINA MACHADO FERRAZ  
Diretora